

LISBOA POMBALINA: EM QUE MEDIDA ILUMINISTA?

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Professora doutora

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

*beatrizbueno@terra.com.br*

## LISBOA POMBALINA: EM QUE MEDIDA ILUMINISTA?

Uma das principais intervenções urbanísticas do século XVIII, a reconstrução da Cidade Baixa de Lisboa após o terremoto de 1755, está na ordem do dia. Tombada em 1978 e recentemente indicada a Patrimônio Mundial da Unesco, a área vem sendo objeto de debates públicos – “Que futuro para a Baixa Pombalina”<sup>1</sup> –, além de um número especial da revista *Monumentos 21*, publicado pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), em setembro de 2004. O interesse pela área, envolvendo novas estratégias para revitalizá-la, potencializou-se por um Colóquio Internacional – “O terremoto de 1755: impactos históricos” –, em Lisboa, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), entre 3 e 5 de novembro deste ano, comemorativo dos 250 anos da catástrofe.

Motivando contraditórias opiniões, a fortuna crítica da nova Lisboa oscilou ao longo dos séculos. A Baixa Pombalina foi execrada por arquitetos (José da Costa e Silva, c. 1803) e intelectuais (Alexandre Herculano, c. 1837) oitocentistas, então contaminados pela “estética do pintoresco”. No entanto, a “monótona” e “pesada simetria” dos edifícios, que contrariava os preceitos do “bom gosto”, sendo “desagradável” aos olhos do século XIX, converteu-se em atributo louvado, sinônimo de prefabricação, economia, simplicidade, pragmatismo; em suma, racionalidade, aos olhos dos precursores do Movimento Moderno em Portugal. Polêmica desde sempre, essa mega-intervenção urbanística suscita ainda hoje algumas discussões.<sup>2</sup>

Segundo José Augusto França (1987, p.311-26), no clássico *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, o plano de renovação de Lisboa atestou o amadurecimento dos engenheiros militares portugueses, na medida em que foi concebido e executado por aqueles profissionais. A pronta resposta do engenheiro-mor do reino, Manuel da Maia, nas três *Dissertações* encaminhadas em tempo recorde ao duque de Lafões, regedor das Justiças, em 4.12.1755, 16.2.1756 e 31.3.1756, nos dá a medida dos conhecimentos arquitetônicos e condições tecnológicas então vigentes em Portugal. Maia, de pronto, esclarece que não tivera oportunidade de consultar textos específicos sobre o assunto, mencionando de memória experiências semelhantes realizadas em Londres<sup>3</sup> e Turim,<sup>4</sup> apontando as diferenças conjunturais entre tais renovações e a de Lisboa. A opção pelo arrasamento e reconstrução total da área destruída colocou-o numa condição ideal, na medida em que teve liberdade para empreender todas as melhorias que achou convenientes.

Na *Primeira dissertação*, redigida um mês após o terremoto (4.12.1755), Maia sugeriu algumas premissas gerais que acabaram por nortear o projeto subsequente: a opção pelo arrasamento completo da área destruída; a reconstrução pautada por dois princípios-chave – traçado regular e edifícios com gabarito homogêneo e altura proporcional à largura das ruas, evitando-se sempre que possível passagens cobertas no primeiro pavimento, consideradas perigosas à noite. Na *Segunda* (16.2.1756) e na *Terceira*<sup>5</sup> (31.3.1756) *dissertações*, Maia detalhou sua proposta para renovação da cidade. Ao apresentar sugestões para a viabilização imobiliária da empreitada, estabeleceu que os antigos proprietários dos edifícios deveriam reconstruí-los em tempo predeterminado e conforme desenhos fornecidos pelo arquiteto do Senado, o capitão Eugénio dos Santos, de forma que:

cada rua conserve a mesma simetria em portas, janellas e alturas; e pelo q. toca as cotas me parece sejam todas de dous pavimentos sobre as logeas; porem q. as paredes que dividem os edificios excedão a altura das paredes das frontarias pelo que se julgar bastante pa q. o fogo senão possa communicar de huns telhados a outros ...Disse asima, pa que cada rua conserve a mesma simetria em portas e janellas e alturas, porq. me parecia melhor que cada rua ou cada Frega tivesse alguma diversidade ao menos na côr da pintura do que por toda a cidade baixa inteiramente uniforme, até pa não ficarem tão distintas as outras ptes da Cidade que se conservarão na mesma forma em q. se achão, porq. tenho moralmente por impraticavel a renovação inteira de Lixa em todas as suas Fregas... (França, 1987, p.315-20)

Tal proposta visava garantir um todo homogêneo, norteado pelo princípio estético da *simetria* especular perraultiana (D'Agostinho, 1993). O único elemento variador – a cor –, embora apontasse certa tendência à diversidade, tinha a função de reforçar a homogeneidade do conjunto, eliminando contrastes marcantes entre a parte renovada e a parte velha da cidade.

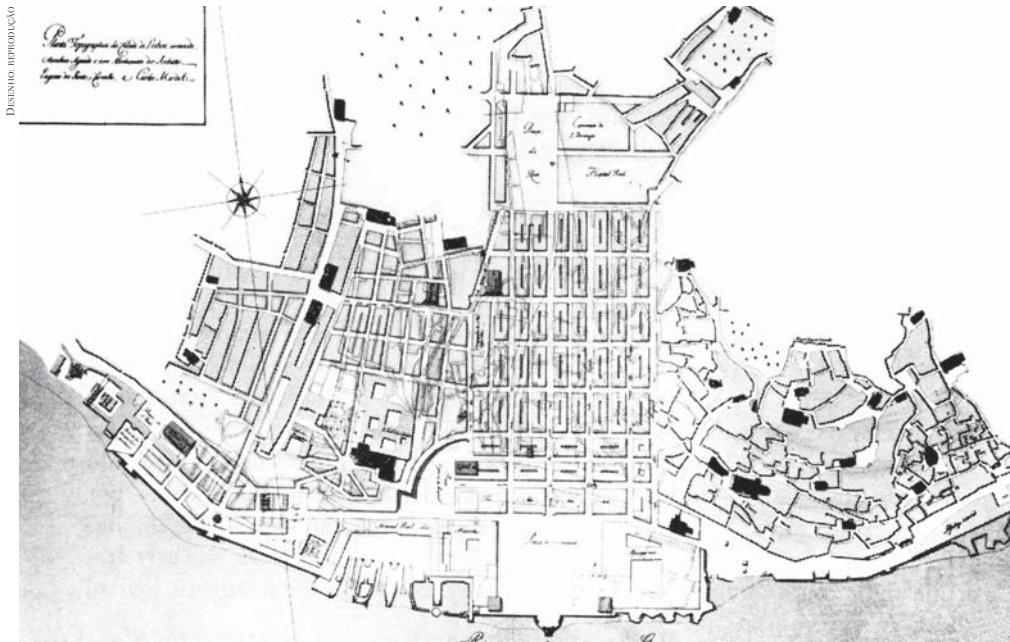


Figura 1 – Planta nº 5 – Eugénio dos Santos.

Apresentou também quatro sugestões para a questão dos dejetos, descartando o sistema das alfúgeres<sup>6</sup> e coleta de lixo cotidiana, optando pelo sistema de cloacas subterrâneas, interligadas aos edifícios e às ruas, que receberiam tanto os dejetos dos moradores como as águas pluviais, ambos lançados no Rio de Sacavém.

Sobre a questão do *abastecimento de água*, sugeriu a ampliação da rede de condutos que, partindo do aqueduto, deveria alimentar as fontes públicas e chafarizes. Nesse sentido, não propunha nenhuma alteração no sistema vigente desde o reinado de D. João V, embora procurasse ampliá-lo. Sobre a *circulação de pedestres e veículos*, o engenheiro-mor do reino sugeriu ruas mais largas (de sessenta e quarenta palmos), bem como a segregação de fluxos, através da introdução de passeios laterais, tal como feito na Inglaterra anos antes. Em sintonia com o debate internacional, também sugeriu a exclusão dos pórticos e colunatas nas ruas de comércio, que deveriam ficar restritos apenas ao Terreiro do Paço:

Art. 14 - O que resta ainda determinar he se as ruas mais principais se devem dividir em tres partes como as de Inglaterra; e se se hão de fazer porticos, ou columnatas em algumas ruas como havia na rua nova dos ferros, e na Confeitaria: sobre o que me parece dizer q. nas obras do Terreiro do Paço as columnatas serão de bom uzo, e bom adorno, mas que nas ruas de logeas me parece mais conveniente que não haja columnatas ... Art. 15 - ...offereço a planta de huma rua de 60 palmos de largo á imitação de algumas de Londres dividida em tres partes, a do meyo de 40 palmos de largo para carroagens, e gente de cavallo, e as duas dos lados de dez palmos de largo cada huma para a gente de pé e Cadeirinhas, com a separação de pilares

e pavimento que o perfil mostra, e no mesmo perfil a figura da Cloaca, ou Cano Real para serventia das agoas dos montes e limpeza dos conductos, que dos edificios se lhe introduzem. (França, 1987, p.325)

Estabeleceu também três tipos de fachada padrão para os edifícios, distribuídos por ruas, e um quarto tipo para os edifícios do Terreiro do Paço. A estandardização das fachadas provavelmente significava menos uma opção estética, adesão precoce aos prenúncios do *neoclássico*, recém-divulgado nos quatro primeiros volumes do *Tratado de Arquitetura* de J. F. Blondel, publicados em 1752. Em sintonia com padrões arquitetônicos vigentes desde o Bairro Alto (1518), divulgados nas Cartas Régias que orientavam a fundação de vilas no Brasil, na primeira metade do século XVIII, na linha do que disse J. A. França e Pierre Francastel, parece implicar uma opção pragmática, que viabilizaria a prefabricação dos elementos e aceleraria o ritmo da construção. Paralelamente, o capitão Eugênio dos Santos desenvolveu um sistema estrutural em madeira para os edifícios, visando torná-los mais resistentes em caso de terremoto.

O “Alvará de 12 de maio de 1758, que estabelece os direitos públicos e particulares da reedificação da Cidade de Lisboa, e os benefícios às pessoas que para ella concorrem com dinheiro, materiaes ou mão de obra”, assinado por Sebastião José de Carvalho e Mello em nome do rei, estabeleceu oficialmente as regras da renovação conforme as propostas de Manuel da Maia, justificando aos particulares os benefícios advindos de tais

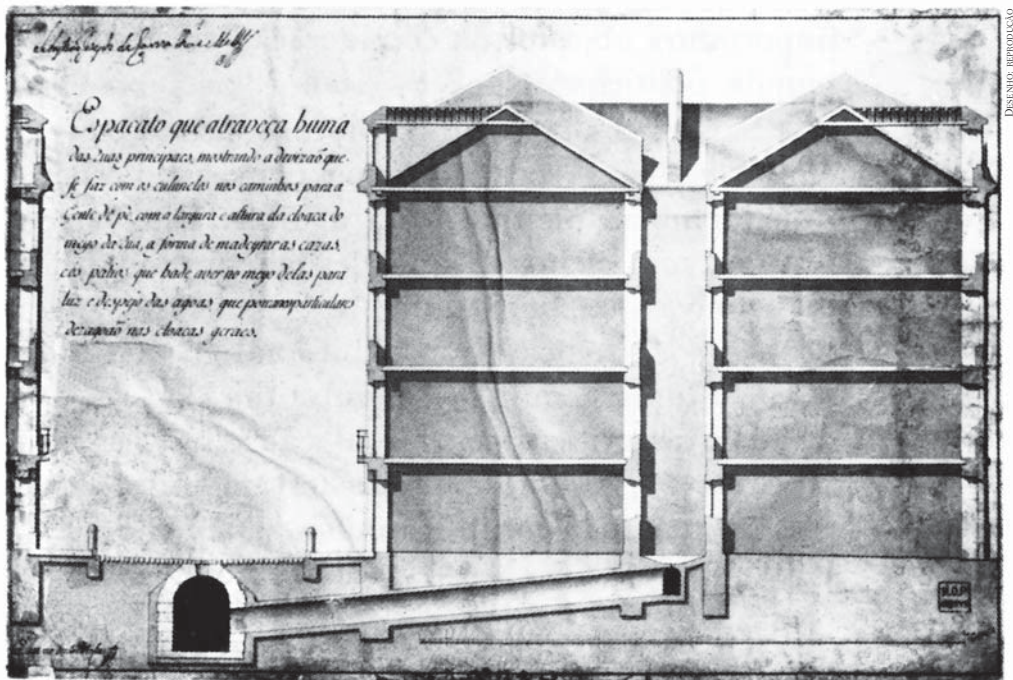


Figura 2 – Pormenor do sistema de esgotos.

melhorias. Um *plano regular* para a cidade, determinando ruas retas, mais largas, com passeios laterais, e edifícios com gabarito homogêneo, altura conforme à largura das ruas, estrutura independente e divisória contra incêndio, implicaria “benefícios do menos perigo nos terremotos, e incêndios, da mayor claridade da luz, da mayor liberdade do ar, da mayor facilidade nas conduções, da mayor frequencia na passagem, e do mayor valor”.

Transcrevemos a seguir o referido Alvará, visando apreciar o teor do discurso que embasou o projeto da renovação:

Eu ELRey faço saber aos que este Alvará com força de Ley virem, que contemplando a grande ventagem, que seria para os meus Reinos, e Estados a reedificação da Capital delles por hum novo *plano regular*, e *decoroso*: Houve por bem resolver, que a Cidade de Lisboa fosse promptamente reedificada com os limites declarados no meu Real Decreto de 3 de Dezembro do anno de 1755, para que os Bairros, cujos edificios foraõ abrazados, e demolidos, *se allinhem as Ruas com a rectidão, e largura competentes à commodidade* dos seus habitantes, e ao serviço dos que por ellas passaõ; e que nos outros Bairros, cujos edificios ficaraõ no estado de admittirem concerto, se melhorem as Ruas aos ditos respeitos, quanto possivel for. E para que huma obra taõ util, e necessaria ao *Bem Commum*, nem padeça as demoras, que nella seraõ intolleraveis, nem se faça com *prejuizo dos particulares*, que seja attendivel...(França, 1987, p.327-8)

O terremoto criou a condição para que os conceitos, as formas e as práticas que vinham sendo aplicadas em outras cidades-capitais, ou mesmo parcialmente nas colônias, pudessem também ser implantadas na capital do Reino. O resultado foi uma cidade “regular”, “formosa” e “cômuda”, verdadeiro sonho geométrico. Em termos estéticos, foi pausada por um dos princípios mais importantes da arquitetura seiscentista – a *simetria*.

Obviamente, não apenas questões estéticas nortearam o projeto de reconstrução de Lisboa. Ao pensar nas cloacas, Maia procurou resolver o problema do lixo e da insalubridade; ao pensar numa estrutura independente para os edifícios, procurou resolver o problema dos terremotos; ao pensar nas paredes elevadas acima dos telhados, procurou resolver o problema dos incêndios; ao pensar num gabarito para os edifícios proporcional à largura das ruas, procurou resolver o problema da circulação do ar, da insolação e das pestes; ao pensar em ruas retas, largas, calçadas e com passeios laterais, visando à segregação do fluxo de pedestres e veículos, procurou resolver o problema do tráfego; ao proibir as passagens cobertas, procurou resolver o problema da insegurança noturna e da umidade no térreo etc. Embora as soluções propostas para todos esses problemas tivessem suas raízes no século XVII e primeira metade do XVIII, a possibilidade de empregá-las em conjunto – tal como um sistema articulado e funcional – constituía-se em novidade e, empiricamente, estava em sintonia com parte do debate teórico em curso na França nesse mesmo período que, provavelmente Manuel da Maia (1677-1768), aos 78 anos de idade, desconhecia.

Esse novo debate teórico estava pautado por duas questões-chave que haviam norteado o urbanismo do século XVII: a crítica ao caráter limitado da noção de *embellissement* e o questionamento do primado da *simetria* perraultiana. Esse duplo questionamento surgiu pela primeira vez nos *Essais sur l'architecture*, publicado em 1753 pelo abade Laugier (1979),<sup>7</sup> mais precisamente no capítulo V (“Sobre o embelezamento das Cidades”), Artigo II (“Sobre a disposição das ruas”):

Deve-se considerar uma cidade como uma floresta. As ruas daquela são as rotas desta; devem ser traçadas da mesma maneira. A beleza essencial de um parque se faz pela diversidade de seus caminhos, pela largura dos mesmos e pelos seus alinhamentos; mas isso não é suficiente, é necessário que um Le Nôtre desenhe o plano colocando seu gosto e raciocínio, que se encontre ali tanto ordem como extravagância, simetria e variedade; que aqui nos deparemos com uma estrela, ali um pé-de-ganso, deste lado percursos traçados em espiga, do outro em leque, mais adiante paralelas; espalhados em todas as partes carrefours de desenhos e figuras diferentes. Quanto maior a escolha, a abundância, o contraste, e mesmo a desordem nesta composição, mais o parque terá belezas atraentes e agradáveis... Façamos a aplicação desta idéia; que o desenho de nossos parques sirva ao plano de nossas cidades. Deve-se simplesmente medir o terreno e aplicar-lhe com o mesmo gosto caminhos que se tornarão ruas, e carrefours que se tornarão praças. Nós encontramos cidades nas quais as ruas possuem um alinhamento perfeito: mas como o desenho foi feito por pessoas de espírito estreito, ali reina uma enfadonha exatidão e uma fria uniformidade que faz com que tenhamos saudade da desordem de nossas cidades que não possuem qualquer tipo de alinhamento; tudo nos leva a uma figura única. Se trata de um grande paralelogramo atravessado na sua longitude e na sua largura por linhas em ângulos retos. Observa-se em todos os lugares apenas uma repetição enfadonha dos mesmos objetos; todos os bairros são muito semelhantes, neles as pessoas se perdem ou se confundem... Não é portanto uma tarefa simples desenhar o plano de uma cidade de maneira que a magnificência do conjunto se subdivida numa infinidad de belezas de detalhes bastante variados...

Segundo Antoine Picon (1988, p.172-4), ao questionar a estética de seu tempo, Laugier elaborou indiretamente a primeira crítica ao caráter limitado do conceito de *embellissement* dominante naquele momento. *Embellir* significava intervir pontualmente, seja abrindo uma nova praça real seja rasgando a velha malha urbana com novas ruas direitas e largas. *Embellir* significava, sobretudo, estabelecer ordem no caos; simetria na diversidade. Na óptica de Laugier, tratava-se de intervenções muito pontuais e de gosto restrito – monótono, uniforme, enfadonho. Ao criticar o caráter limitado do conceito de *embellissement* de seu tempo, clamava indiretamente por intervenções globais, já que ao proclamar o gosto pela diversidade ampliava seu foco de atenção para o conjunto da cidade: “Le



Foto: Reprodução

Figura 3 – Vista aérea da Praça do Comércio.

*goût des embellissements est devenu général, il est à souhaiter pour le progrès des arts, que ce goût persévère et se perfectionne. Mais ce goût ne doit point se borner aux maisons des particuliers, il doit s'étendre aux villes entières”* (Laugier, 1979, p.209).

Essa noção de “*embellissements totals*” introduzida por Laugier – pensar a cidade em seu conjunto – foi amplamente desenvolvida por um outro teórico, Pierre Patte (1973), nos tratados *Monuments erigés en France à la gloire de Louis XV* (1765) e *Mémoires sur les objets les plus importants de l'architecture* (1769). No primeiro, após proceder ao balanço da situação das praças reais de toda França, no capítulo XVIII, intitulado “Des embellissements de Paris”, clama por uma intervenção no conjunto da cidade, em oposição às pontuais realizadas até então:

*Après avoir fait la description des projets de Place pour le Roi, qui auroient procuré des embellissements particuliers à cette Capitale, il ne sera pas inutile de terminer cet ouvrage par des réflexions générales sur les moyens que l'on pourroit employer pour embellir cette Ville dans sa totalité, & la rendre aussi commode qu'agréable.*

Em 1765 já apontava para a necessidade de deslocamento dos cemitérios para fora da malha urbana. No tratado seguinte, retoma a questão e detalha minuciosamente o que chama de “plano global” de intervenção:

Apesar das inúmeras cidades construídas até então em todas as partes do mundo, ainda não existe aquela que possa ser considerada realmente como modelo. O acaso foi responsável tanto pela sua distribuição geral como pela sua localização. Para se convencer, basta observar o seu conjunto e perceber que elas não passam de amontoados de casas distribuídas



sem ordenação, sem a intenção de um *plano global convenientemente racionalizado*... Primeiramente mostrarei como seria oportuno dispor uma cidade para a *felicidade* de seus habitantes; quais são os meios de operar sua salubridade e qual deve ser a distribuição de suas ruas para evitar todo tipo de acidente. Em seguida, mostrarei qual a maneira mais vantajosa de localizar seus esgotos, de repartir suas águas e como é possível construir as casas de maneira a protegê-la dos incêndios. Enfim, através da aplicação dos princípios que estabelecerei, provarei que nossas cidades, apesar de serem defeituosas por suas constituições físicas, podem ser retificadas segundo meus princípios... (Patte, 1973b)

No capítulo intitulado “Disposição geral das cidades”, Patte apresenta um conceito de *embellissement* que o remete a Laugier, embora sem citá-lo. No entanto, observamos que Patte mescla às questões de ordem puramente estética questões de ordem técnico-funcional. Nesse aspecto, a salubridade pública ganha um tratamento especial e Patte é o primeiro a introduzir a noção de zoneamento ou setorização das funções urbanas, ao situar os ofícios poluentes e barulhentos (cortumes, matadouros, triparias, ferrarias, cemitérios e hospitais) fora das cidades. Seu conceito de *Beleza* é, portanto, mais abrangente, aliando princípios estéticos a princípios técnicos (viário e sanitários).

No que diz respeito à funcionalidade da cidade: 1) proclamou a necessidade de se traçar ruas mais largas, calçadas e com passeios laterais visando à segregação do fluxo de veículos e pedestres; propôs quadras com esquinas chanfradas para favorecer a visualização do tráfego por parte dos condutores; 2) sugeriu que as casas tivessem no máximo três andares (com altura proporcional à largura das ruas para melhorar sua insolação e ventilação) e cobertas por tetos-terraços com platibandas (visando eliminar as tradicionais estruturas de madeira dos telhados – focos de constantes incêndios – e os inconvenientes do lançamento das águas das chuvas direto nos transeuntes, agora obrigados a caminhar junto das casas, em função da introdução dos passeios laterais ao leito carroçável); 3) para proteger o transeunte do mau tempo, introduziu a idéia de toldos móveis, em vez dos tradicionais beirais ou das “passagens cobertas”. Essas últimas foram execradas no século XVIII por serem consideradas perigosas durante a noite, bem como responsáveis pela má insolação e umidade no térreo dos edifícios; 4) propôs um sistema de esgoto e água encanada comum, interligado aos edifícios; 5) clamou pela transferência dos cemitérios, hospitais, matadouros e demais ofícios ruidosos para fora da Cidade, visando garantir a salubridade pública.

Quando comparamos o “plano global” proposto por Pierre Patte (Salgado & Bueno, 2003)<sup>8</sup> e o “plano regular” de Manuel de Maia, observamos as seguintes diferenças: 1) o projeto de renovação de Lisboa não previa o zoneamento das funções urbanas – cemitérios, hospitais, matadouros e demais ofícios ruidosos fora da cidade; 2) o sistema de coleta de dejetos (via cloacas) e de abastecimento de água (via aquedutos, fontes e chafarizes) estaria já obsoleto na óptica de Patte; 3) Maia partia de uma situação ideal, já que optou pelo arrasamento e a completa *renovação* da cidade, ao passo que Patte propunha intervir,

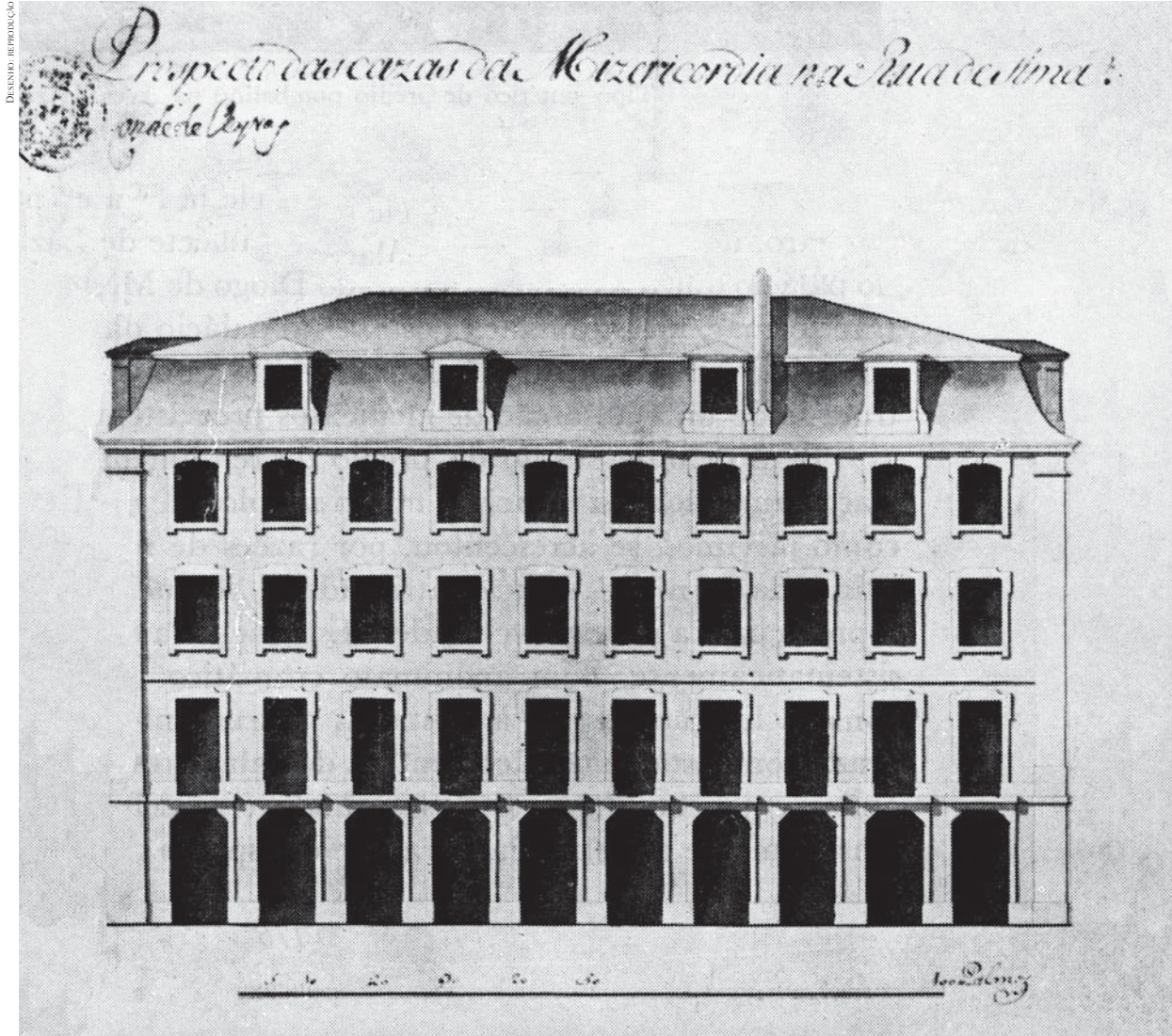


Figura 4 – Fachada de tipo A com telhado “mardeliano”.

a longo prazo, num tecido urbano preexistente; 4) ao contrário de Maia, Patte não sugeria uma forma estática – fechada e unitária –, mas algo dinâmico. Nesse aspecto, Antoine Picon (1988, p. 185) chama a atenção, aliás, para a ausência de uma representação global do conjunto das intervenções propostas pelo arquiteto francês, visto que a forma final da cidade dependeria do ajuste entre as diversas partes envolvidas nesse *plano global* de renovação; 5) no âmbito da opção estética norteadora do conjunto reside por fim a principal diferença. Enquanto Maia almejava uma cidade regular construída sob a égide da *simetria*, Patte optava pela estética proposta por Laugier – *ordem e caos, simetria e variedade* – de forma que “o viajante não consiga tudo perceber num só golpe de vista”.

Anterior a Laugier (1753) e Patte (1765 e 1769) é a fala de Voltaire no mesmo sentido. Nas suas *Oeuvres complètes*, publicadas em 1784, o tomo I intitulado “Politique e legislation” traz um pequeno ensaio, redigido em 1749, que trata “Des embellissemens de Paris”. Ali, clama pela noção de cidade-monumento, tão cara aos iluministas. Em oposição ao adorno das cidades com monumentos esparços, era preciso fazer de Paris uma cidade compatível ao seu *status* de capital cultural de então, renovada em seu conjunto e convertida toda ela num grande monumento.

Se do ponto de vista do urbanismo sugerimos que o projeto para renovação de Lisboa tenha pouco a ver com as teorias em discussão a ele contemporâneas, do ponto de vista específico da arquitetura em nada parece relacionar-se à estética neoclássica teorizada por Laugier, Boffrand, Blondel, Lodoli, Memmo, Algarotti e Milizia (Tafari, 1987, p.93). Segundo José Augusto França (1987, p.173-217), o “Estilo Pombalino”<sup>9</sup> caracterizado pela standardização dos elementos e completo despojamento dos ornamentos – obra dos engenheiros militares – nos remete a uma estética “classicizante”, tipicamente vinculada à tratadística militar portuguesa,<sup>10</sup> formulada a partir do século XVI, bastante arraigada aos princípios veiculados pela tratadística maneirista.<sup>11</sup>

José Augusto França (1987, p.297-307) define, portanto, o processo de renovação de Lisboa como “o nosso iluminismo possível”, alegando que na verdade a prontidão e o resultado das reformas foram uma síntese de 250 anos de amadurecimento da “escola lusitana de arquitetura militar e urbanismo”. Os 78 anos do engenheiro-mor do reino validam essa tese, já que seu período de formação o remetia mais ao século XVII que às discussões da Era das Luzes.

Nesse aspecto, não seria prudente falar em defasagem cultural entre Portugal e França. Trata-se de um descompasso normal entre a produção, a circulação e o consumo de novas idéias, conceitos, práticas e formas. Entre teoria e prática observamos freqüentemente uma lacuna de tempo, perceptível inclusive nos centros formuladores dos novos modelos.

Quando analisamos os verbetes “*Villes*” e “*Beauté*”, da *Encyclopédie* (1765, p.277 e 182), observamos na própria França a adesão incondicional aos princípios do *Urbanismo clássico*,<sup>12</sup> arraigado aos padrões de regularidade geométrica, divulgados nos tratados e

obras dos “*ingénieurs de génie*”, “à la *Vauban*”, num momento em que as idéias de Laugier (1753) e Patte (1765 / 1769) – representativas da Era das Luzes – estavam sendo formuladas. O dado torna-se surpreendente sobretudo quando lembramos que Pierre Patte (1723-1814) inspirara-se em boa parte nas intervenções urbanísticas que Jacques François Blondel (1705-1774) (Picon, 1988, p.174-6 e 301) realizara nas cidades de Metz (1761-1764) e Strasbourg (1767) alguns anos antes – primeiros indícios de uma proposta de *embellissement total*. Sabemos que Blondel, por volta de 1750, esteve bastante envolvido no projeto da *Encyclopédie*, realizando a maioria dos verbetes consagrados às questões da arquitetura e construção e que o próprio Pierre Patte fora um de seus principais gravadores até 1759. Embora ativos no processo de formulação do mais importante manual do período sobre *Arts e Métiers*, em nada inspiraram a elaboração do verbete “*Ville*”, cujo autor parece mais vinculado à tradição dos “*ingénieurs de génies*” que às recentes teorias dos arquitetos do seu tempo. A referência citada é precisamente o tratado *La science des ingénieurs* de Bélidor e o modelo mencionado, a tradicional “praça forte”, tipo Neuf-Brisach.

No que diz respeito à noção de *Beleza* veiculada pela *Encyclopédie*, observamos a adesão incondicional ao princípio da *simetria*, tal como definida por Perrault, desconsiderando-se qualquer questionamento nesse sentido. Ou seja, as concepções estéticas e urbanísticas de Laugier e Patte também não foram assimiladas imediatamente pelos próprios franceses.

Acreditamos que essas idéias chegaram a Portugal e ao Brasil no final do século XVIII, imprimindo uma feição própria ao discurso urbanístico e *Códigos de Posturas Municipais* do Período do Império (1822-1889).

## NOTAS

1. Mesa-redonda realizada em abril de 2004, no Forte de Sacavém, em Lisboa, reunindo Alvaro Siza Vieira, Alexandre Alves Costa, José Manuel Fernandes, António Lamas etc.
2. Este ensaio foi originalmente redigido como Trabalho Programado para o Curso de Pós-Graduação da FAU-USP, em 1997. Foi fruto das inúmeras discussões realizadas junto à Profa. Dra. Ivone Sagado na disciplina “Planificação urbana no século XVIII”, ministrada no Curso de Especialização em Urbanismo Moderno e Contemporâneo da PUCAMP.
3. Em 1666, toda a zona central – grande parte da *city* e metade da periferia ocidental – foi destruída por um grande incêndio. Uma série de projetos para reconstrução da capital inglesa foi apresentada ao rei Carlos II pelos principais arquitetos de então, entre eles Evelyn, Hooke e Wren. No entanto, a monarquia inglesa não teve autoridade, nem os meios necessários, para colocar abaixo a parte central da cidade e reconstruí-la por completo, tal como em Lisboa anos mais tarde. Após a retirada dos entulhos, os proprietários reclamaram seus terrenos, o que levou o governo apenas a alargar as ruas principais e fixar a altura dos novos edifícios através do “Act for rebuilding the City”, preparado por Wren em 1667 (cf. Sica, 1992; e Benevolo, 1983, p.543-4. É interessante observar que, embora o encaminhamento tenha sido diferente, a solução da homogeneização das fachadas e alargamento das ruas foi amplamente adotada no projeto de Eugênio dos Santos para a Baixa Pombalina.
4. Um projeto de ampliação do traçado de Turim foi realizado em 1714 por Filippo Juvara. As ruas mantiveram o traçado em tabuleiro de xadrez derivado da implantação romana e apresentaram edifícios com fachadas uniformes, tal como as da Lisboa Pombalina (cf. Benevolo, 1983, p.526). É importante lembrar que o arquiteto Filippo Juvara estivera em Portugal em 1719, debatendo com os engenheiros militares e conselheiros da corte, então envolvidos num projeto de renovação do conjunto da Ribeira. O proposta de Juvara para Lisboa consistiu numa grande composição cenográfica barroca, muito semelhante à solução adotada em Turim. Esse projeto não se concretizou, mas permitiu o contato do arquiteto italiano com Manuel da Maia. Sobre o assunto, consultar Rossa (1994).
5. Na terceira parte das *Dissertações* (31.3.1756), Maia estabeleceu o sistema de elaboração do projeto de renovação, organizando três grupos, incumbidos de elaborar seis opções de planos reguladores, delineados conforme seis diferentes problemas por ele propostos. Cada grupo seria encabeçado por um engenheiro e um auxiliar (praticante da Academia Militar). Venceu a proposta de Eugênio dos Santos.
6. “...deixar livre entre cada duas ruas, e as duas ordens de edifícios q as formão por hua de suas partes huma rua estreita de sinco ou seis palmos que chamão, alfugere, sem que hajão para ellas portas, mas só janelas de que se lancem nella as tais superfluidades, que no Outono costumão ser extrahidas pellos carretões, para serem lançadas em lugares determinados; e em algumas partes desta Cidade, se achavão as tais alfugeres, posto que com o inconveniente de inficionarem o olfato dos moradores daquelas cazas a que ficão contiguas, q necessitam de vidraças para moderarem aquelle inconveniente, ou costumarem-se a soffello; pello que dos quatro modos referidos, sempre o do conductor subterraneo para as cloacas me parece o melhor onde as houver: o dos carros, ou carretas, havendo a quantidade suficiente, estimo em segundo lugar; e em terceiro, o commum e uzados carretões e ultimamente o das Alfugeres...” (França, 1987, p.322).
7. Malgrado textos recentes apontem para a presença de tratados com o de Laugier e Blondel (1752) na biblioteca do capitão Eugênio dos Santos, não nos parece serem esses os inspiradores do projeto de Maia e Santos para a renovação de Lisboa.
8. No artigo de Salgado & Bueno apresentamos a tradução portuguesa da parte do tratado de Patte correspondente às questões da cidade.
9. Expressão cunhada pelo autor, ao se referir ao conjunto da Baixa.
10. Sobre o assunto, ler a vasta produção intelectual de Rafael Moreira.
11. Trata-se de resquícios de uma tradição arquitetônica “Chã” (desprovida de ornamentos, austera), tal como definida por Kubler (1972).
12. Essa terminologia “Urbanismo clássico” *versus* “Urbanismo das Luzes” é típica da historiografia francesa. O primeiro conceito designa as intervenções propostas até meados do XVIII e, o segundo, aquelas referentes ao Iluminismo (segunda metade do século XVIII).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVOLO, L. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- D'AGOSTINHO, M. H. S. A linha do horizonte. Reflexões sobre a Crítica da Simetria Clássica. *Óculum*, Campinas, FAU-PUCCAMP, v.3, p.54-62, 1993.
- ENCYCLOPÉDIE ou Dictionnaire raisonné des Sciences et des Arts et des Métiers. Neufchâtel: Chez Samuel Faulche & Compagnie, 1765. Tome XVII.
- FRANÇA, J.-A. *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. 3.ed. Lisboa: Bertrand Editora, 1987. (1.ed. 1965).
- KUBLER, G. *Portuguese Plain Architecture: between spices and diamonds 1521-1706*. Middletown: Wesleyan University Press, 1972.
- LAUGIER, M.-A. *Essais sur l'architecture*. Liège: Pierre Mardaga, 1979.
- PICON, A. *Architectes et ingénieurs au Siècle des Lumières*. Marseille: Parenthèses, 1988.
- PATTE, P. *Mémoires sur les objets les plus importants de l'architecture*. Paris, 1769. Genebra: Minkoff Reprint, 1973a. (Edição facsimilar)
- \_\_\_\_\_. Artigo II. Sobre a maneira mais vantajosa de distribuir uma cidade. In: \_\_\_\_\_. *Mémoires sur les objets les plus importants de l'architecture*. Paris, 1769. Genebra: Minkoff Reprint, 1973b. (Edição facsimilar)
- ROSSA, W. Episódios da evolução urbana de Lisboa entre a Restauração e as invasões francesas. *Revista Rassegna*, Milão, 1994.
- SALGADO, I.; BUENO, B. Pierre Patte e a cultura urbanística do Iluminismo francês. *Cadernos de Pesquisa do Lap*, v.38, jul.-dez. 2003.
- SICA, P. *Storia dell'urbanistica*. Il Settecento. 5.ed. Roma/Bari: Laterza, 1992.
- TAFURI, M. Simbolo e ideologia en la arquitectura de la ilustracion. In: VV. AA. *Arte, arquitectura y estética en el siglo XVIII*. Madrid: Ediciones Akal, 1987.

## RESUMO

Com foco na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, o artigo trata da cultura profissional dos engenheiros militares portugueses em meados do século XVIII, em paralelo às novas teorias arquitetônicas e urbanísticas em curso na França naquele momento. Discute os limites entre concepção teórica e prática profissional, tradição e inovação e, sobretudo, em que medida tal intervenção estaria em sintonia com as idéias consensualmente chamadas pela historiografia de “iluministas”.

**PALAVRAS-CHAVE:** teorias urbanísticas, urbanismo, Portugal, França, século XVIII, Iluminismo, engenheiros militares.

## ABSTRACT

*With emphasis on the rebuilding of Lisbon after the earthquake of 1755, this article explores the professional culture of the Portuguese military engineers in the mid-eighteenth century, along with the architectural and urbanistic theories in vogue during the same period in France. It further discusses the boundaries between theoretical concepts and professional practice, tradition and innovation, and especially, to what degree this intervention conformed to the ideas that are generally referred to in the historiography as characteristic of “the Enlightenment”.*

**KEYWORDS:** urbanistic theories, urbanism, Portugal, France, Eighteenth Century, Enlightenment, military engineers.